QUEBRA DE PARADIGMAS NO CONVÍVIO SOCIAL DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

ELAINE DA ROCHA SANTOS

RESUMO
O autismo para muitos pode ser considerado como um grande desafio, principalmente pela falta de conhecimento prévio de todas as situações que cercam o ambiente de crianças que possuem esta necessidade especial. Porém, o desafio maior ainda pode ser oriundo da falta de conhecimento dos pais que acabam não sabendo como lidar com a situação e, até mesmo, por falta de conhecimento que existem recursos especiais, especialmente na rede de ensino que permitem que as crianças autistas tenham acesso à educação, tendo um atendimento amplo por meio de educadores devidamente orientados e preparados. Crianças autista não podem ser consideradas como um problema para os problemas educacionais, mas sim como um desafio, que pode ser superado por meio de conhecimento, especialmente pelo educador. Além disto, os educadores que recebem o devido treinamento, passam a possuir amplo conhecimento de como lidar nas diversas situações que cercam o mundo da criança autista, que tendem a não ser sociáveis, porém, os educadores conseguem extrair o melhor de cada autista, promovendo a evolução educacional do educando, mesmo que seja um autista. Com base nisto, o objetivo do presente trabalho é demonstrar que é possível quebrar o paradigma de que há dificuldades para que autistas aprendam em escola convencional. Por meio de embasamento em literatura publicada com no máximo 10 anos, com o presente trabalho foi possível compreender, através da revisão de literatura como é possível manter o convívio social com os demais estudantes. Com base no presente trabalho, foi possível compreender que ainda há dificuldades dos autistas encontrarem o devido apoio na rede educacional, pois embora existam professores que receberam as devidas orientações relacionadas ao tratamento das crianças autistas, ainda são poucas as quantidades de profissionais que podem oferecer a devida atenção no sistema de ensino especializado.

PALAVRAS-CHAVE: autismo, TEA, inclusão, social.

INTRODUÇÃO

Considerando que a sociedade tem avançado em diversas áreas com muita agilidade, quando o assunto é Transtorno do Espectro Autista (TEA), nem toda a população sabe exatamente do que se trata e os conhecimentos são limitados a dados empíricos que acabam não auxiliando na questão de conhecimento.

Além disso, os portadores do TEA, são indivíduos que necessitam de atenção especial, mas muitos não podem ser privados de frequentar e fazer as atividades que toda criança faz de acordo com sua idade e de acordo com o grau da deficiência intelectual apresentada e, diante disto, é possível que os portadores de TEA tenham um convívio harmonioso com estudantes em uma escola convencional?

Com base nesta premissa, o objetivo principal deste trabalho é apresentar a quebra do paradigma instalada nas instituições de ensino que buscam dificultar o convívio social dos portadores de TEA com os demais alunos.

Com relação aos objetivos específicos, serão apresentar os conceitos sobre o Transtorno do Espectro Autista, demonstrar os desafios relacionado a convivência social para estudantes com TEA e apresentar a importância da inclusão e aceitação por parte dos estudantes.

Pode ser considerado como justificativa para o presente trabalho, a relevância relacionada ao tema, já que mesmo que sejam publicados vários artigos, é importante obter conhecimento acerca do tema, como forma de contribuir para a sociedade de forma geral, especialmente da sociedade acadêmica.

A metodologia aplicada no presente trabalho foi embasada em uma revisão de literatura, utilizando artigos publicados nos últimos 10 anos, buscando bases como Scielo, PubMed, além de livros relacionados ao tema, utilizando palavras chaves como TEA, autismo e

inclusão social.
O trabalho a seguir, está dividido em capítulos para melhor referenciar o tema, sendo o primeiro explanado sobre a introdução ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), no segundo capítulo os desafios da convivência social para estudantes com TEA e no terceiro capítulo será apresentada a importância da inclusão e aceitação de portadores de TEA e, posteriormente serão apresentadas as considerações finais e as referências que serviram de base para elaboração deste trabalho.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Conforme os autores Silva e Rozek (2020) a palavra autismo foi utilizado em 1911 por um psiquiatra suíço e possui origem da palavra alemã autismos, acrescida da palavra grega auto, que possui significado de a si mesmo e, conforme o Ministério da Saúde (2024) a origem do TEA é desconhecida em sua totalidade, porém, os sinais são evidentes desde os primeiros dias de vida e o diagnóstico pode ser realizado a partir dos 2 ou 3 anos de idade.
Júlio-Costa et al (2023), também conceitua que o TEA pode ser considerado como um transtorno do neurodesenvolvimento, podendo ser previamente identificado na infância, de etiologia multifatorial e com alta variabilidade clínica, com sintomas que podem ser de fácil identificação devido aos déficits na sociabilidade, além da presença de comportamentos repetitivos.
De acordo com a Bacarin (2020) apud Organização Mundial de Saúde – OMS (1993, p.46), o autismo é definido como um "conjunto heterogêneo de síndromes clínicas, tendo em comum a tríade de comprometimentos da interação social recíproca, comunicação verbal e não verbal e comportamentos repetitivos e estereotipados, variando num continuo, desde as formas mais severas até as mais brandas".
Assumpção Júnior e Kuczynski (2016), complementam que o autismo pode ser classificado em uma subcategoria de transtornos invasivos relacionados ao desenvolvimento, sendo característico o início precoce e pela grave anormalidade no desenvolvimento, com graves prejuízos na interação social, comunicação e padrões restritos e repetitivos de atividades que o portador possui interesse.
Para o Ministério da Saúde (2024), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado como uma condição neurobiológica de alta complexidade, que afeta de forma grave o desenvolvimento da comunicação, além de inibir a interação social e afeta também o comportamento, sendo caracterizado, com padrões de comportamentos repetitivos, sendo seletivo em seus interesses.
Embora Bernier et al (2021) afirmem que as causas do autismo não existem evidências exatas que afirmam que há uma origem comum para todos os casos, porém, apenas casos raros podem ser possíveis a detecção de mutações genéticas como fonte da causa, não tendo nada cem por cento confirmado como causa, dificultando até mesmo o diagnóstico.
Entretanto, há uma incidência de fácil identificação, conforme Bernier et al (2021) que se refere ao transtorno cerebral e, por não haver nenhuma confirmação exata das causas raízes, ainda há o risco de haver o diagnóstico incorreto ou ineficaz e, diante disto, Silva e Gaiato (2012) afirmam que é necessário que sejam observados os sintomas para o correto diagnósticos e podem ser elencados como sendo características dentre os portadores de TEA, como, a dificuldade em ter contato visual, uso de gestos e expressões faciais expressando sentimentos que é tão comum entre os seres humanos, dificuldade para fazer amizades e, até mesmo, brincar, expressão de foco apenas em brinquedos ou objetos que despertem a atenção, além da inexistência de interações sociais e quando ocorre, há uma demonstração mecanizada entre as pessoas.
Oliveira et al (2020) afirma que os portadores de TEA, de acordo com o nível de transtorno, demonstram quadros de agressividade, gritos e birras, choro ou risos inapropriados, impulsividade, imitações involuntárias e repetições de palavras sem sentido.
Schmidt (2017) complementa que os portadores de TEA não possui apenas a dificuldade de interagir socialmente, mas há um isolamento social muito intenso, especialmente na infância, onde é comum que as crianças estão em um momento de descobertas de

tudo que é novo e, na contramão deste desenvolvimento, o portador de TEA, possui uma tendência a realizar brincadeiras repetitivas e manter as mesmas brincadeiras e, caso haja alguma tentativa de realizar outras atividades, há uma tendência de gerar afastamento e irritação.

Vale ressaltar conforme Silva e Rozek (2020), levando a reflexão que os indivíduos com TEA é comum não possuir uma causa única de origem ao autismo, pois existem diversas teorias que orientam que existam fatores psicológicos, disfunções cerebrais, aspectos genéticos e alterações de neurotransmissores sendo considerado um caso complexo pelos mais diversos profissionais da área.

Segundo Júlio-Costa e Antunes (2018) há diferentes níveis que podem ser analisados o fenômeno do autismo, sendo considerado os níveis genéticos, moleculares, cerebrais, cognitivo e comportamental, sendo possível que o TEA seja diagnosticado por multifatorial, ou seja, pode ser de origem nas diversas esferas, mesmo que não seja possível conhecer de fato a origem, pelos estudos, é possível compreender melhor.

Conforme Schmidt (2017) as crianças com TEA acabam indo na contramão do desenvolvimento infantil, pois geralmente quando são diagnosticadas, estão em processo de desenvolvimento em que outras crianças estão juntando palavras e frases e elas simplesmente deixam de lado este aprendizado, passando por muitas vezes por um processo de isolamento.

Vale ressaltar também que à luz da legislação, os portadores de TEA possuem amparo na Lei que garantem direitos e, conforme Brasil (2012), em seu parágrafo 2º, "a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais."

DESAFIOS DA CONVIÊNCIA SOCIAL PARA ESTUDANTES COM TEA

Considerando o que afirma Schimdt (2017) é um grande desafio o convívio social entre alunos do ensino regular com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois levando em consideração os estudantes na idade escolar, é comum que existam os desafios de interação social, porém, diante dos sintomas relatados, pode haver uma grande dificuldade da participação e ingresso nas atividades, dificultando o desenvolvimento durante a fase escolar.

Conforme Santos e Leite (2022) mesmo sendo um desafio para os profissionais da área de educação, quando o assunto é interação e aprendizado para os portadores de TEA, mas realizando um trabalho estruturado, é possível atingir estes objetivos e, de acordo com Oliveira (2020), mesmo o foco sendo os portadores de TEA, conforme o autor, é fundamental que haja a preparação do docente, pois este é essencial para o sucesso da convivência e aprendizado de todos alunos, incluindo os portadores de TEA.

Alguns podem citar que há falta de recursos, capacitação e acompanhamento psicológico e familiar, podendo afetar o convívio social e a interação dos alunos, como explicam Santos e Leite (2022), porém, é válido que os professores tenham o pleno conhecimento dos sintomas e reações dos portadores de TEA para que possam contribuir com o avanço no sentido educacional e inclusão.

E, de acordo com Oliveira (2020) mesmo que seja comprovada a inexistência de interação social dos portadores de TEA, o desafio maior é destinado ao docente, pois como afirma a legislação, onde o aluno tem o direito à educação, então de forma compulsória e automática, a responsabilidade de fazer algo para promover o ensino aos portadores de TEA passa a ser da escola e de seus professores.

Tal legislação é descrita conforme Brasil (1996) mediante a Lei nº. 9.394 de 1996 em seu artigo 4º. III, quando afirma que "o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino."

Portanto, com base na legislação, é nítido que os portadores de TEA possuem o atendimento educacional gratuito, sendo dever da escola realizar tal integração, no entanto que até mesmo o transporte e alimentação é assegurada, conforme Brasil (1996) por meio da Lei nº. 9.394 em seu artigo 4º que afirma que "o atendimento ao educando, em todas

as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde."

Por isso, conforme Oliveira (2020), a escola é o primeiro local que a criança começa a ficar sozinho, ou seja, ausente dos pais, portanto o desafio de iniciar a convivência social, mesmo tendo a dificuldade proveniente dos sintomas dos portadores de TEA, por isso, o professor precisa adequar o currículo, portanto, um dos primeiros desafios é encontrar a flexibilização dentro do currículo sem afetar a grade escolar.

Luz (2008) afirma que muitos professores, durante o curso de pedagogia acabam desistindo no meio do caminho e, se há a necessidade de aprendizagem para atuação junto aos alunos com TEA e, por isso, inicia o primeiro desafio, pois se não houver docentes preparados para atuarem nesta área, haverá uma dificuldade ainda maior, pois não haverá pessoas preparadas para levar o ensino e o desenvolvimento a um portador de TEA.

Conforme Camargo et al (2020) é fundamental que seja voltada a atenção não somente ao aluno, mas também aos professores, pois há a necessidade de criar condições favoráveis com relação a aprendizagem, preparando os docentes para estarem aptos a realizar o ensino aos portadores de TEA.

De acordo com Cabral (2022) o maior desafio é criar um ambiente controlado e, considerando que o professor precisa ter uma preparação maior para os portadores de TEA quando comparado com as classes com alunos sem qualquer tipo de deficiência, qualquer desvio na conduta do professor no processo de ensino, pode ser gerado um desvio no comportamento do autista.

Oliveira et al (2021) afirmam que o maior desafio é criar práticas educativas que permitam que os alunos se mantenham em sala de aula e, que de fato, possam surtir os efeitos desejados na educação inclusiva, especialmente que os alunos autistas possam se tornar pessoas independentes no futuro.

Mesmo diante da afirmação de Camargo et al (2020) que informam que os professores não se sentem capazes ou preparados para lidar com a situação de planejar a aula e ministrar com o viés da inclusão aos autistas, há a necessidade de preparação destes alunos, pois a inclusão é necessária e obrigatória.

Outro desafio a ser superado é manter o aluno com TEA dentro da sala de aula e, conforme Oliveira et al (2021) é fundamental a reestruturação do currículo escolar, buscando atender também à legislação e a grade curricular escolar exigida, sendo necessário que o docente tenha a consciência de que não será uma das tarefas mais fáceis.

Luz (2018) também relata que o desafio não é apenas no sentido de preparação do professor, mas há a necessidade de maior atenção aos alunos portadores de TEA por parte da escola de forma geral, devendo ser auxiliado pelos funcionários da instituição para que possam colaborar com todo o ambiente ao autista, que deve ser ajustado para que o mesmo se sinta à vontade e possa ter confiança na escola e nos professores.

De acordo com o Ambrosim e Ambrosim (2024) é nítido que houve um grande avanço na educação inclusiva, especialmente após a conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais que foi realizada na cidade de Salamanca, na Espanha no ano de 1994, porém, mesmo sendo assegurado desta forma, o desafio é grande pois nem todos os alunos possuem acesso a educação, inclusive os portadores de TEA.

Por isso, Ambrosim e Ambrosim (2024) afirmam que o desafio é complexo e ressalta que só pode ser possível se houver treinamento de capacitação aos professores para que possam colaborar com uma educação inclusiva e igualitária.

Conforme Luz (2018) o desafio para inclusão dos autistas é compreender a reação de cada indivíduo, pois mesmo que sejam portadores de TEA, há uma diferença no comportamento de cada um, pois enquanto um pode ser carinhoso, outro pode ser agressivo, portanto, o professor precisa ter uma noção exata da situação para lidar de forma exata par conseguir ensinar ambos da mesma forma, porém com técnicas diferentes.

Luz (2018) ainda explica que a socialização entre alunos autistas é tratada como uma grande vitória, não somente ao professor, mas também aos alunos, que independentemente da situação, se sentem acolhidos

quando conseguem a socialização, tendo em vista que as condições deles não são favoráveis devido aos sintomas de TEA.

Por outro lado, Camargo et al (2020) relata que a falta de flexibilização dos autistas é uma tarefa bastante árdua para o docente, portanto, não é das tarefas mais fáceis e devem ser respeitadas as atitudes, porque muitas vezes são involuntárias, mas precisam ser direcionadas para que os objetivos sejam atingidos quanto a questão de socialização e educação.

Ambrosim e Ambrosim (2024) lembra que a quantidade de desafios, também podem ser compreendidos como na mesma quantidade de oportunidades, tendo em vista que o avanço dos conhecimentos dos professores e promove a educação inclusiva e a socialização de tal forma, que até mesmo os pais e parentes passam a perceber a evolução do autista.

Para isso, Marra e Andrade (2021) complementam que os alunos portadores de TEA realmente são um desafio para os docentes de modo geral, porém, não basta o conhecimento e os treinamentos aos professores, mas há a necessidade de gostar daquilo que se faz, pois se tratando de um desafio de alto grau de complexidade, se for apenas pelos conhecimentos técnicos, não haverá êxito.

Mesmo que Camargo et al (2020) afirme que em meio a literatura há uma carência devido a quantidade de artigos disponíveis relacionado ao assunto, tornando escassa a ampliação dos conhecimentos relacionados aos docentes, Oliveira et al (2020) afirma que é possível adotar técnicas já existentes e que foram testas e aprovadas por outros profissionais.

Santos (2016) relata que é necessário levar em consideração que para cada estado brasileiro, há políticas diferenciadas com relação a educação inclusiva, porém, todos possuem o mesmo objetivo que é a socialização e a educação do autista.

E, conforme Ferreira dos Santos (2021) outro desafio a ser citado é que os professores devem apontar quando há a necessidade de recursos especiais para dar sequência nas aulas aos autistas, portanto, não basta apenas o aprimoramento, mas aliar os recursos ao conhecimento otimiza o desafio.

Ferreira dos Santos (2021) também relata que, mesmo que o assunto não seja tão novo, os materiais didáticos e a dinâmica inclusiva ainda é um desafio para as escolas e professores, mesmo aos que atuam com o Atendimento Educacionais Especializados (AEE).

QUEBRANDO PARADIGMAS

De acordo com Oliveira et al (2020) há a necessidade de utilização de estratégias que já deram resultados por outros docentes e, mesmo que os indivíduos sejam únicos, como já explanado anteriormente, os comportamentos são similares e ações de sucesso, mesmo que não garantam o mesmo sucesso, podem ser o início para a inclusão do autista.

Conforme Oliveira et al (2020), a quebra de paradigmas no convívio social de estudantes com TEA envolve a promoção da inclusão e aceitação desses indivíduos em todos os aspectos da sociedade. Isso requer uma mudança de mentalidade e a criação de ambientes que valorizem a diversidade e respeitem as diferenças.

De acordo com Battisti e Heck (2015) os nós críticos para superar o TEA com relação a educação inclusiva, incluem a falta de recursos, capacitação e acompanhamento psicológico e familiar, além da necessidade de promover o convívio social entre alunos do ensino regular com TEA.

Para tanto, é indispensável que os alunos sejam inclusos, pois por meio da socialização, esta poderá ser uma das formas de evolução no aprendizado como afirma Luz (2018) e, além disso, a conscientização é fundamental para que haja avanço neste quesito.

Dutra (2014) afirma que a inclusão e aceitação do autista na sociedade deve ser tratado como objetivo central de todas as atividades realizadas no processo de escolarização, pois será desta forma que poderá se tornar um cidadão pronto para ser independente quando chegar na fase adulta.

Sanini e Bosa (2015) afirmam que a aceitação do aluno para com o professor e a aceitação do professor para com o aluno, depende de vários fatores, principalmente porque envolve culturas, sua formação, mas depende muito mais do professor que precisa con-

quistar o aluno, principalmente por saber que o mesmo é portador de TEA e conhece bem os sintomas.

No entanto que Dutra (2014) complementa o assunto quando afirma que o princípio de equidade deve ser seguido pelos professores, ou seja, mesmo que exista diferença na forma de aprendizado, é necessário adequar o processo educacional.

Portanto, ainda conforme Dutra (2014), não é o aluno autista quem deve se adequar à escola, mas a escola é quem deve se adaptar para atender os alunos, de forma a facilitar os docentes para ministrar as aulas e contribuir com o processo de inclusão e aceitação dos portadores de TEA.

Conforme Sanini e Bosa (2015) é fundamental que o docente permita que seja feita a inclusão e aceitação, primeiramente ao aluno na condição de criança, independente se portador de TEA ou não, pois os avanços serão maiores e mais rápidos e, diante disto, preparando a criança para o futuro, buscando a inclusão do mesmo em sociedade.

Conforme o Ministério da Educação (2023) por meio do Parecer CNE/CP nº. 50/2023 aprovado em 05/12/2023 que aguarda homologação, afirma que é fundamental oferecer apoio e acompanhamento adequados para estudantes com TEA. Isso pode incluir a implementação de intervenções educacionais individualizadas, o uso de recursos de apoio, como salas de recursos multifuncionais, e a formação de professores para atender às necessidades específicas desses alunos.

Além disso, podem ser consideradas propostas de intervenção por meio de parcerias entre educação e saúde com instituições como Unidade Básica de Saúde (UBS), Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Referências de Assistência Social (CRAS) e, conforme Basto e Cepellos (2023) ainda há um grande preconceito dos portadores de TEA para ingressar no mercado de trabalho, porém, se houver toda uma estratégia de apoio, com uma educação inclusiva, o preconceito pode ser excluído da sociedade.

De acordo com Oliveira et al (2020), uma das estratégias que mais garantem êxito no apoio e evolução de estudantes portadores de TEA é criar mecanismos que a criança repita tudo aquilo que o professor fala, incluindo a imagem daquilo que se fala e, posteriormente pode ser passado para novos aprendizados, aumento a complexidade.

A troca de figuras, com frases simples que demonstram o que se deseja e respostas ligadas a desenhos, também apresenta bons resultados para crianças com autismo e conforme relata Oliveira et al (2020), como em torno de 80% dos autistas não demonstram interesse em realizar comunicação verbal, esta pode ser uma técnica que irá abrir as portas para a iniciação de inclusão.

Conforme Weizenmann et al (2020) as técnicas são essenciais para o apoio aos estudantes portadores de TEA, porém, conforme estudos realizados, os professores em muitos casos são designados a realizar a inclusão sem o mínimo preparo para isso, portanto, é necessário que seja realizada toda a preparação para que as técnicas disponíveis sejam aplicadas de forma correta.

Por isso, Oliveira et al (2020) ainda afirma que para despertar o interesse do aluno autista em sala de aula, é necessário que sejam aplicadas técnicas com o cunho educacional, mas que sejam individuais, evitando que sejam realizadas por longo tempo, propor atividades baseadas no interesse do aluno, incluindo sempre o lúdico e o concreto, utilizando jogos e, pois, desta forma, poderá manter a atenção.

Porém, para Weizenmann et al (2020) a base da estratégia de apoio aos estudantes portadores de TEA, mesmo que o espectro dificulte os relacionamentos entre professor e aluno, é o planejamento, pois desta forma, será possível obter avanços nas questões estudantis e de aprendizado.

Tanto a família quanto a escola desempenham papéis essenciais na quebra de paradigmas em relação ao TEA. A família pode fornecer apoio emocional e educacional, enquanto a escola pode criar um ambiente inclusivo e oferecer recursos e suportes necessários para o desenvolvimento pleno do aluno e, por isso, conforme Battisti e Heck (2015) o auxílio da família é fundamental para a evolução na educação.

De acordo com o Ministério da Educação (2006), os recursos instituídos como críticos

para o avanço educacional e inclusão, no que se refere a sociedade e família, baseiam-se na eliminação de barreiras atitudinal, de barreiras de comunicação e de barreiras de garantia de direitos.

Conforme Marra e Andrade (2016), a família tem papel importante na evolução do quadro de ensino dos autistas, porém, é um desafio para o docente conseguir conciliar conversas com os responsáveis pelos autistas, promovendo o diálogo, pois, é necessária esta interação e, principalmente, porque a evolução do estudante não depende apenas da escola, mas também das famílias.

E, de acordo com o Ministério da Educação (2009), a elaboração do AEE, contempla a inclusão de serviços assistenciais, tanto de assistência social e saúde, sendo fundamental que as famílias e os docentes possuam esta interação para direcionar os melhores recursos para auxiliar e maximizar o aprendizado do estudante portador de TEA.

Conforme Luz (2018) é necessário que exista um maior apoio das famílias devido a condição do aluno e, inclusive, há professores que sugerem que sejam realizados palestras e treinamentos não somente aos docentes, mas também às famílias para que sejam preparadas a lidar com a situação.

Considerando o que afirma a legislação, conforme Brasil (1996):

"Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais." (BRASIL, 1996).

Portanto, conforme afirma a legislação, a base familiar é fundamental para a inclusão, assim como as instituições de ensino, sendo necessário que exista uma integração entre estas duas bases, pois estas são essenciais para o avanço do estudante portador de TEA.

Além disso, Oliveira et al (2020) também explica que a família tem um papel inicial na relação de buscar o diagnóstico da criança, buscando o apoio necessário para compreender o nível de do espectro autista e, posteriormente, buscar auxílio nas bases de ensino e de saúde.

Santos (2016) também reforça que a família tem papel essencial para iniciar toda a rede de inclusão do autista, pois estes quem irão iniciar os vínculos entre escola e profissionais de saúde para que sejam utilizadas as devidas técnicas para crescimento do aluno autista.

Com base na legislação, é possível compreender que já existe uma gama de direitos relacionados aos portadores de TEA e, com relação a resultados obtidos, Togashi e Walter (2016), afirmam que em um estudo prático, após a utilização de recursos apropriados de vídeos e técnicas de conversação, os alunos portadores de TEA assistidos no estudo de caso realizado pelos autores, tiveram avanço na interação social, sendo plenamente satisfatório o avanço.

De acordo com Weizenmann et al (2020) em outro estudo de caso realizado com os docentes, no início os professores demonstravam medo e ansiedade ao saber que iriam ministrar alunos portadores de TEA, porém, após o período de preparação e início das atividades junto aos alunos, os mesmos apresentaram resultados diferentes aos projetados iniciais.

Ainda conforme Weizenmann et al (2020) os resultados e percepções foram alterados em virtude de que os resultados de inclusão social e crescimento, tanto do aluno autista quanto do docente, foram de crescimento e aprendizado, demonstrando que o trabalho com portadores de TEA é um grande desafio, mas que diante dos resultados positivos, acabam sendo satisfatórios para ambos os lados.

Conforme Sanini e Bosa (2015) os resultados obtidos em sua pesquisa demonstraram que os profissionais carecem de preparação por meio de treinamentos, porém, foi descoberta que a técnica de negociação é eficaz, pois muitas vezes em que o aluno necessitava realizar uma atividade, era possível obter retornos positivos com a negociação de atividades que ele gostaria de fazer com as que eram necessárias para a inclusão e grade curricular.

Poderiam ser mencionados diversos relatos de sucesso, tendo em vista que já existem técnicas capazes de colaborar com o avanço

educacional de portadores de TEA e, conforme Battisti e Heck (2016), há muitos resultados positivos quando são utilizadas técnicas corretas, mas o sucesso ocorre principalmente quando há a interação da família e escola, pois em conjunto é possível encontrar as melhores soluções.

CONCLUSÃO

Diante das premissas apresentadas no presente trabalho, é possível compreender que há realmente a dificuldade por parte dos docentes, famílias e dos próprios estudantes portadores de TEA, portanto, o processo de socialização e avanços educacionais devem ocorrer de forma planejada e estruturada.

Obviamente que ficou evidente que a falta de consciência sobre os direitos das pessoas com TEA é um obstáculo significativo a ser superado pela sociedade de forma geral, considerando que a garantia de acesso à educação de qualidade para esses estudantes é fundamental, e isso requer uma mudança tanto na mentalidade individual quanto no aproveitamento da legislação e na estrutura da sociedade e, quando o assunto é convivência social dos estudantes portadores de TEA, os desafios são maiores, principalmente pela parte de docentes que se sentem despreparados.

E, quando o assunto é adequação, há a necessidade de ajuste dos recursos para as salas de aulas, pois os alunos com TEA exigem maior atenção dos docentes, pois como a legislação assegura que é direito dos alunos irem à escola, é necessário também que exista a atualização dos recursos apropriados.

Com relação a quebra de paradigmas, foram demonstradas a importância da inclusão e aceitação, pois esta não é uma tarefa fácil, principalmente pelos sintomas apresentados pelos portadores de TEA, que demanda conhecimento e preparação dos docentes, por isso, a discussão sobre a quebra de paradigmas no convívio social de estudantes com TEA revela a complexidade e a importância desse tema para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

Ainda é possível concluir que já existem estratégias que obtiveram êxito na socialização e educação dos autistas, portanto, é fundamental que seja de conhecimento dos docentes estas estratégias, pois já encurtam os caminhos para a evolução na área educacional.

Outro fator importante a ser observado é que a família e os docentes precisam estar sempre em sintonia e acompanhando de perto os alunos portadores de TEA, pois a observação dos sintomas e dos avanços são fundamentais para formar um cidadão para o futuro e que seja independente e possa ser totalmente sociável.

É possível concluir que a família, a escola e a comunidade desempenham papéis essenciais nesse processo de quebra de paradigmas, sendo necessário que a família necessita ser empoderada e consciente de seus direitos, lutando pela inclusão e pela garantia de uma educação adequada para seus filhos com TEA e a escola, por sua vez, deve ser um espaço acolhedor e inclusivo, promovendo a sensibilização e oferecendo apoio individualizado aos estudantes com TEA.

REFERÊNCIAS

AMBROSIM, Inês; AMBROSIM, Lucinéia. Autismo na escola pública: desafios e oportunidades. Publicado em Ciências Humanas em 13/03/2024. Disponível em: < DOI: 10.5281/zenodo.10815609> Acesso em abr/2024.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco Baptista; KUCZYNSKI, Evelyn. Autismo infantil: novas tendências e perspectivas. 2ªed. São Paulo: Editora Atheneu, 2015.

BACARIN, Ligia Maria Bueno Pereira. Transtorno do espectro autista. Curitiba: Contentus, 2020.

BASTO, Ana Teresa Oliveira da Silva; CEPELLOS, Vanessa Martines. Autismo nas organizações: percepções e ações para inclusão do ponto de vista de gestores. Artigo, Cad. EBAPE.BR 21 (1), Jan-Feb 2023, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220061> Acesso em abr/2024.

BATTISTI, Aline Vasconcelo; HECK, Giomar Maria Poletto. A inclusão escolar das crian-

ças com autismo na educação básica: teoria e prática. Trabalho de conclusão de curso apresentado pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal de Fronteira do Sul. Chapecó: UFFS, 2015.

BERNIER, Raphael A; et al. O que a ciência nos diz sobre o transtorno do espectro autista: fazendo as escolhas certas para o seu filho. Porto Alegre: Artmed, 2021.

BRASIL, Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL, Lei nº. 12.764 de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

BRASIL, Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CAMARGO, Sígilia Pimentel Höher; et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo o contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. Educação em Revista, 2020. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698214220> Acesso em mar/2024.

CABRAL, Maria Elimar Cruz. Os desafios educativos para a inclusão de crianças com autismo no contexto escolar. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 07, Ed. 09, Vol. 07, pp. 78-91, setembro de 2022. Disponível em: <DOI:10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/criancas-com-autismo > Acesso em mar/2024.

DUTRA, Adriana Bastos de Oliveira. A inclusão de crianças especiais na educação infantil. Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Conde: UFP, 2014.

FERREIRA DOS SANTOS, Alessandra. Educação inclusiva: uma análise sobre os avanços e os desafios enfrentados no contexto atual da educação básica no Brasil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, pp. 36-45. Maio de 2021. Disponível em: <DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-enfrentados> Acesso em abr/2024.

JÚLIO-COSTA, Annelise; et al. Leve para quem? Transtorno do espectro autista: nível 1 de suporte. Belo Horizonte: Editora Ampla, 2023.

LUZ, Rosana Galvão. Desafios na Socialização de Alunos autistas em uma Escola no Município de Acrelândia. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia. Universidade de Brasília: Brasília, 2018.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista. Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista> Acesso em abr/2024.

MARRA, Aurea Cintra de Azevedo; ANDRADE, Lucianne Oliveira Monteiro. Desafios para inclusão de alunos com TEA na educação básica regular. Trabalho de Conclusão de Curso de pós graduação do Campus Ceres do IF Goiano. Goiânia: Campus Ceres IF; 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Secretária de Educação Especial, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº. 50/2023 aprovado em 05/12/2023. Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Processo nº. 23001.000184/2001-92, 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Definição - Transtor-

no do Espectro Autista (TEA) na criança. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/> Acesso em mar/24.

OLIVEIRA, Suely de Lemos Alves; et al. Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades. Revista Educação Pública, v. 21, nº 3, 26 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/2/praticas-educativas-para-alunos-com-tea-entre-dificuldades-e-possibilidades> Acesso em abr/2024.

SANINI, Cláudia; BOSA, Cleonice Alves. Autismo e inclusão na educação infantil: Crenças e autoeficácia da educadora. Seção Generalista, Estud. psicol. (Natal) 20 (3), Set 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20150019> Acesso em abr/2024.

SANTOS, Guilherme Alexandre. Os desafios da educação inclusiva na rede pública de ensino. Artigo apresentado para o curso de Ciências da religião da Universidade de Sergipe, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/ARTIGO%20GUILHERME%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20%281%29%20%282%29.pdf> Acesso em mar/24.

SANTOS, Ana Alice Sousa dos; LEITE, Daniela Soares. Inclusão de alunos com autismo no ensino regular: análise em uma escola de ensino fundamental. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4471> Acesso em abr/24.

SCHMIDT, Carlo. Autismo, educação e transdisciplinaridade. São Paulo: Papirus, 2017.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayara Bonifacio. Mundo singular: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Karla Fernanda Wunder da; ROZEK, Marlene. Transtorno do espectro autista (TEA): mitos e verdades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

TOGASHI, Cláudia Miharu; WALTER, Cátia Crivelenti de Figueiredo. As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. Relato de Pesquisa, Rev. Bras. Educ. Espec. 22(3), jul-set, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000300004> Acesso em mar/2024.

WEIZENMANN, Luana Stela; et al. Inclusão e escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. Artigo publicado em Psicol. Esc. Educ. 24, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841> Acesso em abr/2024.